



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

AMPLO EXAME DAS DIFICULDADES E NECESSIDADES DO ENSINO

DISCURSO PROFERIDO EM PORTO ALEGRE, A 2 DE ABRIL DE 1968, AO RECEBER O TÍTULO DE DOUTOR «HONORIS CAUSA» DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

A vida dos homens é uma trama de contrastes e surpresas. O que somos fundamentalmente não se altera jamais. Entretanto, disse e repito, não podemos extrair nenhuma previsão do que poderemos vir a ser um dia. A nossa vocação profunda pode subitamente alterar, assumindo forma imprevisível, e alçar-nos a alturas não sonhadas. Grandes fatos ou pequeninos nada costumam alterar inesperadamente o itinerário que traçamos para nossas vidas.

Acontecimentos remotos, perdidos já nas brumas de um longo passado, despertam-nos essas reflexões.

Naquele ano de 1923, enevoado da cinza e de distância, na então Capital da República, jovem militar lançava-se à penosa tarefa de ensinar matemática, em aulas particulares, a estudantes de grau secundário. Esse modesto magistério, iniciado menos por imposições de necessidades materiais do que pelo desejo de ser útil aos mais moços, prosseguiu alguns anos e, por volta de 1928, veio a ser exercido num curso denominado Marechal Floriano Peixoto, na vizinha cidade de São Leopoldo.

Se, de um lado, este breve retrospecto revela em quem ora vos fala o gosto nato de ensinar, eis, por outro lado, a interrogação: como prever e imaginar, ou supor, que nesta Porto Alegre viria ele a receber, à distância de 40 anos, o título insigne de «Doutor *Honoris Causa*» desta Universidade, glória do Rio Grande e glória do Brasil.

Nada há, portanto, de postiço ou excessivo nas palavras quando vos declaro a profunda emoção despertada em mim por esta solenidade. Nada, existe de falso ou meramente convencional ao afirmar-vos, também, o grave respeito com que acolho a honra preclara desta ho-

menagem. Tenho lúcida compreensão de que significa, para qualquer País, uma instituição universitária. É exatamente a grande influência que ela tem na evolução geral de uma sociedade.

Esse respeito à instituição universitária e essa compreensão do seu papel na vida da comunidade, idealizada no espírito do antigo professor, se acendraram e aprofundaram com o correr dos anos e atingiram graus ainda mais elevados depois de ele assumir a responsabilidade da Presidência da República.

É natural que cresçam em número e gravidade as nossas reflexões sobre o gênero, a intensidade e o momento de cada ato de Governo, entre quantos tenham que ser praticados, isto é, quais estejam a exigir prioridade, quais possam aguardar momentos mais propícios, quais devam ser realizados ao mesmo tempo, num conjunto coerente e enérgico.

Asseguro a Vossa Magnificência, Senhor Reitor, e a vós, senhores professores, que uma das conclusões a que me levou o exercício do primeiro ano de Governo é esta: não existe um só problema nacional que não esteja íntimo e imediata ou mediatamente ligado, por vínculos indissolúveis, ao problema educacional de um ou de todos os graus e ramos de ensino.

O círculo de influência da Universidade parece alargar-se cada vez mais em razão da multiplicidade das suas visões e dos instrumentos de preparação espiritual e material de que está dotada.

Para citar apenas uma dessas funções, aí esta a preparação de professores. Em nossa circunstância educacional, nenhuma questão parece mais urgente e importante. De fato, mais de que a reforma das estruturas — expressão que parece entre nós encerrar o segredo de todos os problemas — interessa ao País a preparação de homens que ocupem estas estruturas, reformadas ou não, e que saibam utilizá-las apropriadamente.

Mas tomemos o caso da educação em si e examinemos as dificuldades que angustiam no ensino primário, no ensino médio, no ensino superior: deficiência de aparelhamento, falta de espaço, insuficiência de meios, reformas institucionais, alterações de currículos e programas, modernização de métodos.

A satisfação cabal de todas essas necessidades — será nada, ou, na melhor hipótese, bem pouco — se continuarmos a dispor em várias regiões de professores não diplomados ou, embora diplomados, com preparação não satisfatória.

Realmente, que efeito poderão exercer sobre a qualidade do ensino as melhores instalações, o aparelhamento mais completo, os materiais didáticos mais abundantes, as mais ricas bibliotecas, se utilizados por mãos inábeis, olhos que enxergam mal, espíritos incompetentes, para a missão difícilíssima de ensinar? — O mestre preparado satis-

fatoriamente poderá suprir deficiências da sua escola, até as oriundas de uma administração incapaz. Não há, porém, laboratório de nenhuma ciência, ainda o mais bem aparelhado, que seja capaz de compensar de qualquer modo as lacunas didáticas do professor despreparado.

A modernização dos currículos, programas e métodos não tem o poder miraculoso de modernizar automaticamente nenhum professor, como parece crer o espírito reformista que reponta com veemência nos debates sobre o nosso sistema educacional, apesar de ser muito recente a Lei de Diretrizes e Bases — na maioria dos seus aspectos muito boa, cheia de inovações salutares, que aliás parecem ainda não suficientemente exploradas.

Uma das dificuldades mais duras para a solução completa do caso dos excedentes em alguns pontos do País, especialmente no Interior, é a carência de mestres habilitados.

Meu governo encontrou o problema, deu-lhe tratamento mais adequado, em harmonia com as possibilidades financeiras, e o resolveu por partes, conforme atestam mais de dez mil excedentes matriculados em 1967.

Tal resultado devemos-lo especialmente à ação pessoal do meu Ministro da Educação, o nosso caro coestaduano Deputado Tarso Dutra, que vem realizando obra silenciosa e profunda, a que o País ainda haverá de fazer justiça.

Mais vale, a meu ver, nenhum ensino do que o mau ensino. A meia ciência é mais danosa do que ciência nenhuma. Não é fácil corrigir os maus hábitos intelectuais inculcados pelo ensino de má categoria. A educação e o ensino são as últimas coisas deste Mundo em que a má qualidade é suportável, precisamente porque se destinam ao espírito e o marcam para sempre.

No Brasil, já se tentou resolver a questão dos excedentes mediante decreto que dobrava, em 24 horas, a capacidade de matrícula dos nossos estabelecimentos de ensino superior e, conseqüentemente, a capacidade de seus professores ou seu número.

Mais ou menos pela mesma época, o governo inglês concluiu, com base em relatório subscrito por homens da mais alta competência, que dobrar as matrículas dos estabelecimentos de grau superior da Grã-Bretanha exigiria dez anos de trabalho, em virtude da necessidade preliminar de conseguir professores habilitados e já se sabia só existir um meio de obter tais professores: prepará-los.

Não há sucedâneo para o professor que o bom trabalho didático exige. O meu governo está ciente desta verdade e o ilustre Ministro Tarso Dutra, a quem confiei a pasta da Educação, provavelmente a mais difícil de todas em razão da natureza e da multiplicidade dos problemas que lhe são peculiares, não abre mão do esforço infatigável de aperfeiçoar métodos de preparação do magistério e aumentar a capacidade dos centros em que tal preparação é levada a efeito. Por esta

razão, foram despendidos fortes recursos em contratos de professores estrangeiros; realizações de cursos de aperfeiçoamento e conferências; melhoria da remuneração do corpo docente, ensino superior, em nove das nossas Universidades, que receberam em conjunto vinte e cinco mil dólares dos empréstimos concedidos pelo BID.

É momento de pensarmos em estender aos candidatos ao magistério superior as mesmas oportunidade que oferecemos aos magistérios de graus primário e médio, já que não existe entre nós carreira magisterial progressiva, de que resulta chegar o professor aos cursos de nível superior com largos conhecimentos da disciplina que leciona e por igual dos seus princípios metodológicos.

A solução definitiva na questão dos excedentes não pode prescindir desse processo tão intimamente ligado com a qualidade do ensino.

Não desanimemos, todavia. A nenhum governo é dado solucionar simultaneamente todos os problemas com que se defronta. Ainda os países mais ricos padecem de deficiência, notadamente em matéria de educação, exatamente em virtude da sua universidade, pois não há parcela de população que não aspire a educar-se.

Não concluirei estas palavras sem reafirmar a minha fé na educação e, por via de consequência, na democracia. A segunda é filha legítima da primeira. Não é que todo e qualquer tipo de educação gere necessariamente a democracia. Mas aquela educação que respeita a personalidade; que desenvolve a capacidade de pensar e leva a reflexão ao espírito crítico e à liberdade; que se incorpora ao individuo como uma espécie de segunda natureza e se transforma numa disciplina que dura toda a vida.

Vale dizer que, tal como existe uma relação de causa e efeito entre educação e democracia, assim também existe uma relação da mesma natureza entre educação e Governo.

Todo o Governo é em si uma forma de educação, em verdade o mais poderoso meio nos processos difusos e assistemáticos de educação. Assim, a expressão governar é educar tem bem mais amplitude e profundidade do que lhe empresta a linguagem do homem da rua.

Governar é dar o exemplo, o bom exemplo da moderação, da tolerância, da prudência, da firmeza de decisões, da coragem na execução, da honradez e da austeridade no trato da coisa pública; é, por igual, oferecer à educação lugar condigno na escala de preferência que qualquer governo estabelece para dar solução aos problemas de sua alçada; é compreender a importância — que nada obscurece nem substitui — da presença do professor em todo processo educacional, é saber que essencialmente é o professor que comunica a forma, sentido e cor a esse processo.

Governar, tal como educar é ser fiel à transmissão do que é bom, belo e nobre; é ser inflexível com o que é mau, baixo e vil; é ter o pensamento simultaneamente posto nas três dimensões do tempo e dirigir a ação especialmente para uma delas — o futuro.

O sentido mais profundo da Revolução de 1964, cujo 4º aniversário ontem se comemorou, foi o sentido educativo. O que a Revolução vem fazendo através da espessura de todas as incompreensões, de todas as injustiças e de todos os despeitos, é abrir trilhas, veredas e caminhos para reeducar o País política, física e administrativamente.

Embora destruir seja sempre mais fácil que construir ou reconstruir, a Revolução mal saiu do seu tempo inicial de demolir as edificações viciosas, falsas ou inúteis, de remover o entulho resultante dos seus primeiros atos e de preparar o amplo trato de terra para as novas construções.

Quatro anos na ampulheta da vida das nações escoam com velocidade diversa da velocidade com que a areia escoam na ampulheta da vida dos indivíduos. Todavia, o que a Revolução conseguiu realizar nesse período justificou cabalmente todas as medidas a que teve de recorrer para desmontar a máquina a um só tempo volumosa e grotesca, imaginada para desnacionalizar o País e submeter o seu povo.

Nestes quatro anos, os dois Governos Revolucionários puderam contar com a esmagadora maioria das instituições educacionais do País e com o seu professorado, não para apoiá-los cegamente, mas para assisti-los e guiá-los.

Que possa o meu governo, durante os três anos que tem pela frente, contar convosco, senhores professores.

Que o vosso colega «Honoris Causa» seja sempre digno do título fulgurante que deliberastes reconhecer-lhe, mantendo a vontade inflexível de ser fiel ao seu passado, à vida simples e honrada que aprendeu na sua amada Taquari, ao seu País e ao povo que nele confia.